

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aumento do preço das casas ameaça o direito fundamental à habitação. Na última década (2011-2022) os preços das casas em Portugal aumentaram 80% e o valor médio mensal da renda 42%, enquanto o poder de compra dos portugueses diminuiu. Os custos com habitação representam para muitos agregados familiares a maior fatia do seu orçamento. Segundo dados do INE, no quarto trimestre de 2023 o preço mediano das vendas de alojamentos familiares custava mais 508€ por m2 do que no período homólogo de 2019. Na região do Alentejo Litoral, esse aumento foi de 670€.

São vários os motivos que contribuem para a crise habitacional que hoje se vive em Portugal. A falta de oferta de imóveis disponíveis a preços acessíveis é um deles. Do ponto de vista económico e até de gestão do território, o alargamento da oferta pública de habitação através da mobilização do património público para fins habitacionais, é uma forma de atenuar este problema. O estado pode e deve contribuir com o seu património devoluto para este propósito.

No município de Santiago do Cacém, o IHRU gere as chamadas “antigas casas do Gabinete. Ao que podemos apurar, muitas destas casas encontram-se devolutas. “Promover o inventário do património do Estado com aptidão para uso habitacional” e “Ceder a propriedade ou direitos reais menores sobre os prédios e frações autónomas que integram o seu património imobiliário e atribuí-los em arrendamento ou por outra forma legalmente aplicável” são duas das atribuições do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). No momento que vivemos de crise na habitação, um Instituto com estas premissas, não pode negligenciar o estado do seu património e a gestão que dele é feita.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Secretária de Estado da Habitação, as seguintes perguntas:

1. A secretaria de Estado da Habitação tem um inventário do património devoluto do Estado com potencial para fins habitacionais em Santiago do Cacém?

2. Existe algum plano para o património do IHRU referido? Em caso afirmativo, qual é o plano? Qual o horizonte temporal para a concretização do mesmo?

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2024

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)